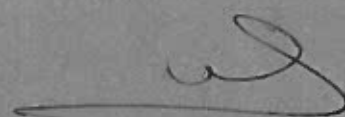


# PARECER IGT

## Revisão do PDM de Batalha

Gestão Regional de Leiria

2015 / 03 / 05



---

Vítor Sequeira  
Gestor Regional

## Índice

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>2</b>	<b>ENQUADRAMENTO.....</b>	<b>3</b>
<b>3</b>	<b>ELEMENTOS QUE CONSTITUEM O PLANO .....</b>	<b>4</b>
<b>3.1</b>	<b>REGULAMENTO.....</b>	<b>4</b>
<b>3.2</b>	<b>PLANTA DE ORDENAMENTO .....</b>	<b>5</b>
<b>3.3</b>	<b>PLANTA DE CONDICIONANTES .....</b>	<b>6</b>
<b>4</b>	<b>ELEMENTOS QUE ACOMPANHAM O PLANO .....</b>	<b>7</b>
<b>5</b>	<b>AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA (RELATÓRIO AMBIENTAL) .....</b>	<b>8</b>
<b>6</b>	<b>AMBIENTE SONORO.....</b>	<b>8</b>
<b>7</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>9</b>

## 1 Introdução

O processo de revisão do Plano Diretor Municipal da Batalha (PDMB) encontra-se na sua fase final, tendo sido realizadas, até ao momento quatro reuniões plenárias, a última das quais a 28 de abril de 2014, já contando com uma Proposta de Plano estabilizada e sobre a qual a EP emitiu o último parecer na mesma data.

## 2 Enquadramento

Estando a próxima reunião plenária agendada para o dia 11 de março de 2015, para elaboração e aprovação do Parecer Final da CA, e tendo como objeto a Proposta de Plano, versão fevereiro de 2015, o parecer da EP centra-se na análise dos Elementos Constituintes do Plano (Regulamento, Planta de ordenamento e Planta de Condicionantes) e dos Elementos que Acompanham o Plano (Relatório da Proposta e Programa de Execução), à luz do último parecer emitido pela EP (EP-SAI/2014/25732), de 2014-04-28.

**Esclarece-se, como ponto prévio desta análise, que se mantém atualizada a informação apresentada acerca da rede rodoviária sob jurisdição da EP.**

**No que diz respeito à situação de protocolos em preparação, com o município da Batalha, que envolvam transferência de rede desclassificada para o património municipal, na sequência do transmitido no nosso último parecer acerca das EN356 e EN356-2, informa-se que se encontra presentemente em análise a proposta posteriormente apresentada pela Câmara Municipal (Carta Refª GAP-314, de 03-11-2014), referindo-se que embora ainda não esteja em preparação o respetivo protocolo de transferência, reitera-se que os troços de estradas de estradas**

em causa estão disponíveis para integrarem o património municipal. Também nesta última proposta, inclui-se o troço da EN1, entre o Limite de Concelho de Porto de Mós (km 109,885) e o Limite de Concelho de Leiria (km 116,635), também disponível para integrar a rede municipal, visto que esta acessibilidade é assegurada pelo IC2/A19.

### 3 Elementos que constituem o plano

#### 3.1 Regulamento

Conforme já informado anteriormente, de acordo com o Plano Rodoviário Nacional (PRN) (publicado pelo Decreto-Lei nº 222/98, de 17 de Julho, retificado pela Declaração de Retificação nº 19-D/98, de 31 de Outubro, e alterado pela Lei nº 98/99, de 26 de Julho e pelo Decreto-Lei nº 182/2003, de 16 de Agosto), **o concelho da Batalha é servido diretamente por duas estradas da Rede Rodoviária Nacional (RRN): IC2/A19 e IC9, ambas integradas na Subconcessão Litoral Centro.** A estas estradas o regime *non aedificandi* aplicável é o previsto no DL n.º 13/94, de 15 de janeiro.

**O concelho é ainda servido por três estradas que não constam no PRN (ie, desclassificadas), mas ainda sob jurisdição da EP, nomeadamente troços das (antigas) EN1, EN356 e EN356-2.** Enquanto não forem efetivados os respetivos processos de transferência as zonas de servidão *non aedificandi* são estabelecidas em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 13/71, de 23 de janeiro, conforme definido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 13/94, de 15 de janeiro.

Desta forma, no **Regulamento**, considerando-se o Artigo 5º Identificação (das Servidões Administrativas e restrições de Utilidade Pública) e no que respeita à rede rodoviária sob jurisdição direta da EP e subconcessionada, **devem observar-se, no caso em presença, duas categorias de estradas**

(rede rodoviária nacional de acordo com o disposto no PRN e estradas desclassificadas sob jurisdição da EP) e remeter-se no Artigo 78º do Regulamento - Regime de Proteção (da Rede Rodoviária), para a legislação em vigor os seus condicionalismos específicos, nomeadamente as zonas de servidão *non aedificandi* aplicáveis.

Considera-se ainda adequado que se proceda, no CAPÍTULO VII - REDE RODOVIÁRIA Artigo 76º Definição, à identificação e respeitada a designação das estradas constante do PRN, bem como indicada a sua jurisdição (integração na Concessão EP e/ou Subconcessão Litoral Centro), uma vez que a proposta de hierarquização da rede viária do concelho não deverá suscitar dúvidas quanto aos níveis hierárquicos em que se integram a RRN e os lanços de estradas desclassificadas sob jurisdição da EP.

Ainda em sede de **Regulamento** deverá ficar consagrado que qualquer proposta de intervenção, direta ou indireta, na RRN e lanços desclassificados sob jurisdição da EP, deve ser objeto de estudo específico e de pormenorizada justificação, devendo os respetivos projetos cumprir as disposições legais e normativas aplicáveis em vigor, e ser previamente submetidos a parecer e aprovação das entidades competentes para o efeito, designadamente da EP, enquanto concessionária geral da RRN.

### 3.2 Planta de Ordenamento

A **Planta de Ordenamento** é também omissa quanto aos aspetos acima referidos acerca da identificação e salvaguarda da rede rodoviária sob jurisdição da EP, apresentando apenas a identificação dos diferentes níveis hierárquicos, pelo que se sugere a respetiva retificação.

### 3.3 Planta de Condicionantes

Por sua vez, reitera-se a necessidade de retificação da **Planta de Condicionantes**, já que a representação gráfica das estradas sob jurisdição da EP continua a não estar de acordo com o PRN, nem com a hierarquia definida no início deste parecer, nomeadamente: a EN1, tendo sido desclassificada pelo PRN2000, deverá ser representada como “Estrada Nacional Desclassificada”. De igual modo deverá retificar-se a representação da EN356, que também deverá ser representada como “Estrada Nacional Desclassificada”, e da EN362, já integrada na rede municipal, logo deverá ser representada como “Estrada Municipal”. Também se considera que não é possível distinguir a representação do IC2/A19 (“Autoestrada (AE)”), do IC9 (“Itinerário Complementar”).

Considera-se ainda que a **Planta de Condicionantes** deverá contemplar a identificação das zonas de servidão *non aedificandi* das estradas da RRN e respetiva jurisdição, bem como distinguir as estradas nacionais desclassificadas sob jurisdição da EP, das estradas já transferidas para o domínio municipal (a representação gráfica das categorias “Estrada Nacional Desclassificada” e “Estrada Municipal” não facilita esta distinção), devendo a respetiva legenda estar adequada ao articulado e ao conteúdo do **Regulamento**.

Face ao exposto, considera-se que a **Planta de Condicionantes**, desenho e legenda, ainda deve ser melhorada. Relativamente à legenda, sugere-se a seguinte retificação relativa à rede rodoviária sob jurisdição da EP:

*“Rede Rodoviária Nacional:*

- *Rede Nacional de Auto Estradas – IC2/A19*
- *Rede Nacional Complementar – IC9*

## *Estradas Desclassificadas sob Jurisdição da EP – EN1, EN356 e EN356-2”*

### **4 Elementos que acompanham o Plano**

#### **4.1 Relatório de Plano e Programa de Execução**

Em conformidade com o acima referido, deverá ser revisto, no Relatório do Plano, o ponto 3.3.4 – Estradas Nacionais Desclassificadas, bem como as referências às estradas desclassificadas, mas ainda sob jurisdição da EP no ponto 11.5.2.1 - Perspetivas de Evolução da Rede Viária e no ponto 11.5.2.3 - Hierarquização Funcional.

Ainda no ponto 11.5.2.1 - Perspetivas de Evolução da Rede Viária, verifica-se que foi acrescentada a informação relativa à conclusão do IC36, todavia, reitera-se as nossas restantes observações, nomeadamente:

- a construção do IC9 está concluída. Relativamente ao referido sobre o futuro nó de Fátima da A1 e a desativação do nó atual, a EP não se pode pronunciar por aquela via ser uma concessão do Estado da competência do IMT;
- projeto da “EN243 – Variante de Porto de Mós” não se encontra contemplado na programação da empresa;
- o IP3. Coimbra – Viseu, apesar de contemplado no Plano Estratégico de Transporte Infraestruturas (PETI3+) 2014-2020, também não está contemplado na programação de investimentos da Empresa a médio prazo (Plano de Proximidade/Médio Prazo – 2015-2019).

O ponto 11.5.2.2 - Conceito Global Proposto também deverá ser revisto em conformidade com estas informações, referindo-se, a título de exemplo, a referência a que o “IC9 (Nazaré - Ponte de Sor/IC13) (...) sendo as funções

deste último itinerário presentemente asseguradas pelo troço Batalha - Fátima da EN356 (estrada desclassificadas pelo PRN2000)", que deverá ser corrigida, visto o IC9 já se encontrar em exploração.

## **5 Avaliação Ambiental Estratégica (Relatório Ambiental)**

No que respeita à AAE verifica-se que foram tidas em consideração as recomendações expressas no nosso parecer anterior (EP-INT/2014/21888), pelo que, na presente fase, nada temos a referir

## **6 Ambiente sonoro**

Como referido em parecer anterior, em termos de ambiente sonoro, as preocupações da EP, SA, prendem-se sobretudo com a qualificação funcional dos solos que venha a ser proposta no PDM para a envolvente das estradas sob sua jurisdição, na medida em que poderá conduzir ao aparecimento de novos recetores sensíveis em zonas onde se verificam situações de incumprimento do Regulamento Geral de Ruído.

Neste contexto, há a referir que a análise da Planta de Ordenamento do PDM permitiu constatar a presença de zonas com a categoria de Solo Urbanizado na envolvente do IC2, em áreas em que, tendo em conta o Mapa de Ruído do concelho, se registam atualmente níveis de ruído ambiente superiores aos limites fixados para zona mista, em particular no período noturno. Esta situação pode também ser referida acerca da EN356, embora com níveis de ruído muito menos elevados. Ainda de salientar que o Mapa de Ruído deveria incluir a A19/IC2.

Embora no Relatório de Proposta seja referido que: " Nas zonas de conflito, na ausência de Planos de Redução de Ruído, é interdita a construção de edifícios de habitação e equipamentos escolares, de saúde e assistência a



crianças e idosos ", esta questão não foi contemplada no Regulamento do Plano, situação que se considera carecer eventualmente de correção.

Neste âmbito, reitera-se, além disso, o já referido em parecer anterior relativamente ao Plano de Ação do IC2 - Batalha Sul/Porto, a submeter a Consulta Pública brevemente, isto é que mesmo após a aplicação de medidas de redução de ruído, se registarão ainda situações de incumprimento da legislação na envolvente deste troço e que as medidas previstas no Plano têm como objetivo a proteção dos usos sensíveis existentes e não dos previstos.

Assim sendo, considera-se que as questões relativas ao ruído deverão ser devidamente salvaguardadas salientando-se que todas as medidas de minimização de ruído que forem tidas como necessárias para que os usos sensíveis propostos para a sua envolvente sejam compatíveis com os níveis de ruído ambiente aí registados, serão da inteira responsabilidade do seu promotor, não se responsabilizando a EP – Estradas de Portugal por qualquer tipo de conflitos e/ou reclamações que daí resultem

## **7 Conclusão**

Face ao exposto, emite-se parecer favorável à Proposta da Revisão do PDM Batalha, na sua versão de fevereiro de 2015, condicionado à retificação e aprofundamento dos elementos agora apresentados.

